



PIAUI



DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXIV - 114^º DA REPÚBLICA

Terça-feira, 27 de setembro de 2005 - Nº 183

TERESINA - PIAUÍ



Usina de biodiesel em Floriano

O Piauí tem uma das melhores legislações ambientais do País. Elas nasceram da observação de que os outros Estados faziam, quando suas populações devastavam seus recursos florestais, tais como a Mata Atlântica, e da necessidade de regulamentar a ocupação do cerrado piauiense, que, juntamente com o do Estado do Tocantins, provavelmente se constitui na última fronteira agrícola do País.

O diretor de Parques e Florestas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMAR), engenheiro florestal José Roberto Gonçalves dos Santos, fez essas considerações ao lembrar o Dia da Árvore, que ocorreu na última quarta-feira, 21, e o Dia da Defesa da Fauna, comemorado no dia seguinte.

A regulamentação ambiental piauiense é fundamentada em três instrumentos legais: Lei Estadual de Florestas, de 2003; Lei de Recursos Hídricos, de 2000, e Lei Ambiental do Estado, de 1996. Essas leis se somam à legislação fiscal, baseada na Lei de Incentivos Fiscais, de 1996, e em decreto do mesmo ano. Se as leis ambientais específicas garantem, por si só, cuidados consideráveis para com o solo, a flora e a fauna, a legislação que trata de incentivos fiscais condiciona, com rigor, a utilização desses recursos a rigorosos critérios que permitam a preservação do meio ambiente.



Região de Gilbués

Esforço piauiense é reconhecido por outros Estados

O esforço que o Piauí vem fazendo para preservar seus recursos naturais é reconhecido nacionalmente. Em agosto deste ano, por exemplo, o jornal Gazeta Mercantil, de São Paulo, publicou matéria sobre o Piauí, assinada pelo jornalista Franci Monteles, que trata de investimentos nacionais e estrangeiros no Estado.

A reportagem se refere aos planos governamentais de tornar o Piauí um Estado desenvolvido nos próximos dez anos, tratando da atração de cerca de R\$ 4 bilhões na implantação de um programa de plantio de florestas. Esse investimento resultaria em um crescimento de aproximadamente 50% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

Em certo momento, o jornalista cita opinião de Adriano Lopes Pereira, assessor da Presidência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), para quem "o Piauí já possui uma das melhores legislações de incentivos fiscais do País, para plantas industriais". José Roberto, da SEMAR, disse que há uma relação íntima entre incentivos fiscais e preservação ambiental. "O Estado só concede licença ambiental para a implantação de plantas industriais, o que é feito pela SEMAR, se houver consonância com a legislação que trata do meio ambiente, o que torna um aspecto dependente do outro", explicou.

Ele frisou que o comentário positivo em favor do Piauí, que saiu publicado na Gazeta Mercantil do dia 19 de agosto, trata especificamente do projeto de reflorestamento em gestão. Porém, ninguém duvida da eficácia das leis estaduais e da firme decisão do governo de preservar o meio ambiente, conciliando os necessários e desejados desenvolvimentos e erradicação da pobreza ao uso racional dos recursos naturais, sejam eles solo, água, ou ar.

José Roberto disse que a legislação ambiental do Piauí nasceu apropriada às exigências de preservação. "Não temos tradição florestal, mas

Piauí tem uma das melhores leis ambientais do Brasil

estamos começando com leis fortes", ressaltou, acrescentando que elas são fruto, ao mesmo tempo, da lição que os piauienses aprenderam, a partir da observação de erros ambientais cometidos, a custos consideráveis, por outros Estados, e da vontade de atrair cada vez mais investimentos que alavanquem o desenvolvimento.

Ele citou como exemplo Estados como a Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, que não cuidaram da caatinga, ante a abertura de áreas agrícolas que exigiu a derrubada desenfreada da vegetação nativa. "Eles não manejaram convenientemente a caatinga, resultando em danos a esse importante bioma", afirmou. "Não queremos cometer os mesmos erros com o nosso cerrado ou qualquer outro dos nossos biomas", acrescentou o engenheiro florestal.

Produtores garantem formação da reserva legal do cerrado

Diante disso, a exploração do cerrado, sobretudo da região abrangida pelo Piauí e Tocantins, está sendo feita com critérios. O Piauí, em especial, incentiva a exploração racional das terras do cerrado, que somam cerca de 11 milhões de hectares, das quais 5 milhões são plenamente agricultáveis.

Parte considerável desta vasta extensão de terra, excelente para a produção de grãos, tais como a soja, que tem um alto valor no mercado internacional, já está sendo plenamente explorada, mas os agroindustriais que estão no local são condicionados, por lei, a manter um pé na riqueza e outro no meio ambiente. "Nossa legislação obriga que 30% das áreas adquiridas por eles façam parte da chamada reserva legal, devidamente preservada, de puro cerrado", afirmou José Roberto.

Além disso, todas as áreas de reserva legal, relativa aos muitos lotes de terras cultivadas, devem ser contínuas e contíguas. Isso quer dizer que os 30% de reserva legal de uma determinada propriedade devem ser ligados aos 30% de reserva legal da propriedade vizinha, e assim por diante. Em consequência, as grandes propriedades produtoras de grãos são entrecortadas por pedaços preservados de cerrado, o que garante a preservação do bioma, com importância capital. "Esse corredor, constituído pela reserva legal, tem várias funções, como por exemplo, a de abrigar a fauna nativa e manter um banco natural de sementes, capaz de garantir a preservação das espécies do bioma, que tem solo fraco", afirmou.

Mas a legislação ambiental estadual não é tudo. Ele disse que, infelizmente, o Piauí ainda não está sendo beneficiado com projetos federais de preservação ambiental, tais como o Programa Nacional de Florestas, que garante aporte de recursos. Mesmo assim, o envolvimento de toda a sociedade é também um importante fator a considerar. Para o engenheiro florestal, seria ideal se houvesse maior interação entre a comunidade, a classe empresarial e o poder público na busca de soluções que juntem o desenvolvimento com preservação do meio ambiente para as gerações futuras.

Novos parques serão criados

Enquanto atrai empresas interessadas em abrir fábricas no Piauí, o governo trabalha na abertura de novos parques e áreas de preservação ambiental, conhecidas como Apa. Atualmente, o Piauí tem quatro parques e quatro APAs: Parque Zoológico, em Teresina; a APA da Serra das Mangabeiras, em Barreiras do Piauí, local conhecido por ser a nascente do Rio Parnaíba; a APA da Lagoa de Nazaré, em Nazaré do Piauí; e o Parque das Mangueiras, ao lado da Floresta Fóssil, na Ilhotas, em Teresina. Há ainda o Park Potyocabana, em Teresina; a APA de Ingazeiras, em Paulistana, em pleno coração da caatinga; a APA do Rangel, em Curimatá; e o Parque Ecológico Cachoeira do Urubu, em Esperantina.

Porém, pelo próprio tamanho geográfico do Piauí, há estudos para criação do Parque das Orquídeas, em Pedro II, em decorrência da forte exploração de opala na região; na Serra Santo Antônio, em Campo Maior; e o Parque da Serra do Coá, nome de uma ave muito conhecida e querida pela população, no município de São Francisco do Piauí.

O Estado pretende instituir esses parques até o fim deste ano, e a formalização é importante até porque a SEMAR necessita da compensação ambiental, paga pelo setor privado ao órgão fiscalizador, no caso a SEMAR, para investir na gestão das unidades de conservação ambiental, em valor que pode chegar a 1% do custo do empreendimento. A compensação ambiental é a contribuição da classe empresarial na preservação do meio ambiente, que é de todos.

Algodão no Semi-Árido



Governador diz que tem a melhor equipe para desenvolver o PI

O Governo tem a melhor equipe para levar o Piauí à condição de Estado desenvolvido, com qualidade de vida para a população, disse o governador Wellington Dias ao participar da abertura do 13º Fórum Estadual de Gestores, na última sexta-feira, 23, no auditório da Câmara Municipal de Oeiras.

"Entre cada indivíduo que trabalha, seja qual for a forma de contratação com o Estado, há uma missão de que cada um tem um papel importante", disse Wellington Dias, advertindo que se alguém falhar atrapalha o projeto como um todo.

O governador disse que a missão é tornar o Piauí um Estado desenvolvido, capaz de dar qualidade de vida à toda população. "Acredito que na medida em que o gestor toma consciência disso, em que ele percebe que é preciso fazer isso de modo coletivo, inclusive tendo a capacidade democraticamente de fazer isso, nós vamos chegar a um bom termo", assegurou.

Realizado pelas secretarias de Governo, Administração e Planejamento, o Fórum de Gestores é uma iniciativa pioneira do Governo do Piauí, com o objetivo de promover o intercâmbio entre todos os gestores de órgãos públicos do Estado, oportunizando a troca de experiências e busca de soluções compartilhando-as entre os diversos setores públicos da Capital e do Interior.

Alepi presta homenagem a idosos

A Assembléia Legislativa realizou, nesta segunda-feira (26), sessão solene especial em homenagem às comemorações da Semana do Idoso, dando espaço para discussão das políticas públicas de atenção a pessoa idosa no Piauí.

O deputado estadual Olavo Rebelo, que solicitou a sessão, falou que com o envelhecimento acelerado da população do país, a plenária considera de suma importância incentivar os estudos e as políticas de inclusão da pessoa idosa.

Já a sra. Jesus Diocesano, representante da associação dos idosos do Piauí, acredita que esse foi "um momento que vai ficar na história da política do Piauí, juntamente com a criação do conselho do idoso e da delegacia especial do idoso".

O Conselho Estadual do Idoso foi eleito na semana passada e seus conselheiros serão empossados nesta terça-feira (27), às 15h, em solenidade no auditório do Sebrae.

A Delegacia do Idoso, que já estava prevista em lei desde 2002, só agora tornou-se realidade, com sede na Rua Barroso, no 1072, que será inaugurada dia 30 de setembro.

Encerrando a solenidade, a secretária Estadual da Assistência Social e Cidadania, Rejane Dias, agradeceu aos deputados pela rápida aprovação da atualização da lei do idoso, que foi sancionada no dia 10 de agosto.

A secretária lembrou também dos trabalhos realizados por órgãos como o INSS, a Defensoria Pública, Bancos e Movimentos Populares na conquista e acesso aos direitos das pessoas idosas do estado.

Estiveram presentes na solenidade, representantes do Abrigo São Lucas, da Prefeitura de Teresina, Associação dos Idosos, Sasc, Secretaria Estadual de Trabalho e Universidade Estadual do Piauí.